

Unificação do processo eletrônico é bem-vinda, dizem advogados

A [unificação dos sistemas de Processo Judicial Eletrônico](#) idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça é necessária e trará vantagens às partes, aos advogados e demais operadores do Direito. Essa foi a opinião dos magistrados e advogados ouvidos pela revista **Consultor Jurídico** na última quarta-feira, durante o lançamento do [Anuário da Justiça Federal 2014](#) e do [Brazil Justice Yearbook 2013](#).

“O Judiciário tem de parar de ser um arquipélago com várias ilhas que não se comunicam. Hoje existem vários sistemas que não conversam entre si. Unificar isso numa mesma plataforma é fundamental e não tem outro órgão para fazer isso a não ser o CNJ. Ele está cumprindo o seu papel”, afirma o advogado **Pierpaolo Bottini**.

Para o professor de Direito Tributário da USP, **Heleno Taveira Torres**, cabe justamente ao CNJ o papel de uniformização das relações entre os diferentes tribunais. Ele afirma ainda que os diferentes sistemas em operação prejudica a defesa. “Não existe advogado só do estado de São Paulo ou só do Rio de Janeiro. É advogado do Brasil. Muitas vezes o mesmo cidadão é parte em processos em vários estados. As dificuldades de acesso a esses sistemas obviamente cria um empecilho para a própria realização da Justiça”, diz Heleno.

A questão, porém, está longe de ser pacífica. Com previsão de entrar na pauta das próximas sessões do CNJ, a [proposta de resolução que impõe a instalação de um sistema unificado gera apreensão em alguns tribunais](#). Pelo menos duas cortes enviaram ofícios ao CNJ afirmando que uma determinação dessa natureza violaria a discricionariedade administrativa dos tribunais, que seriam obrigados a jogar fora todo o investimento já feito nos próprios sistemas para adotar outro cujo desempenho ainda é incerto. De acordo com os tribunais, contratos milionários estão em jogo, assim como anos de adaptações para se chegar ao formato atual.

Para **Cesar Asfor Rocha**, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, “é absolutamente necessário para facilitar a vida dos operadores do direito, dos advogados, magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, a classe jurídica em geral, e as partes também”.

Américo Fialdini, advogado e presidente da Fundação Conrado Wessel, acredita que a unificação *já de* veria ter sido feita. “Acho positivo que isso venha acontecendo”, afirma.

O advogado **Luiz Camargo de Aranha Neto**, também afirma que a iniciativa do CNJ é louvável. Concorde com ele o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil por São Paulo, **Luiz Flavio Borges d’Urso**, para quem “os tribunais precisam conversar entre si”.

Date Created

03/11/2013